

ITEM	Especificações Técnicas Mínimas	Unid	Quant. Estimada	Preço Unitário
03	Marca: SOLUTI Fabricante: FEITIAN Modelo: EPASS 2003 Certificado digital do Tipo e-CPF, emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, validade de 3 (três) anos entregue em mídia token.	Unid	550	80,30
04	Marca: A C SOLUTI ATENIMENTO LOCAL Os atendimentos deverão ser realizados no Edifício Sede do Ministério Público, sito na Rua João Diogo, n. 100, Cidade Velha, Belém, Pará, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos	Unid	35	25,50

Foro: Belém - PA

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Endereço da Contratada: Avenida Pio XII, nº 563, Quadra 97, Lote. 1/2, Bairro Vila Aurora Oeste, no município de Goiânia-GO, Telefone (62) 3541-3427, E-mail: contato@digisec.com.br

Protocolo: 262531

#### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL

O 4º Promotor de Justiça de Abaetetuba torna pública a expedição do despacho proferido no Inquérito Civil instaurado por meio da portaria nº. 02/2017-MP/4PJA, de prorrogação de prazo de inquérito civil, informado ao Conselho Superior do Ministério Público, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 - Pará - Fone/Fax: (91) 3751-1177.

**1.Despacho:** Prorrogar o inquérito civil que possui como objeto apurar a inobservância de normas sanitária, ambientais e cosumeristas, e o descumprimento das normas relativas ao regime jurídico da Administração Pública relativas ao mercado e a feira municipal de Abaetetuba/PA.  
Abaetetuba/PA, 07/06/2018

Bruno Saravalli Rodrigues - Promotor de Justiça

Protocolo: 322816

#### EXTRATO DA PORTARIA Nº 15/2018-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000124-200/2016-MP/2ºPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 15/2018-MP/2ºPJDC

Requerido: EDMAR FRANÇA SODRÉ.

Assunto: Deverá ter por objeto - ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGO PÚBLICO.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR - Promotor de Justiça

Protocolo: 322492

#### PORTARIA N.º 017/2018-MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público - art. 17, caput da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006;

**CONSIDERANDO** que, nos termos dos artigos 17, I da Lei nº 8.625/1993 e 37, II e 162 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público

realizar inspeções e correções, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de realizar inspeções ordinárias nas Promotorias de Justiça em cumprimento ao calendário de inspeções/correções previstas para o corrente ano e, ainda, visando o bom andamento das atribuições legais e institucionais desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará;

**RESOLVE:**

**I - DELEGAR**, nos termos do art. 4º do Provimento n.º 10/2012-MP/CGMP, de 21 de setembro de 2012, ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. **JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS**, funções específicas para realizar inspeção ordinária nos cargos de Promotor de Justiça dos Municípios de Mãe do Rio, Aurora do Pará, IPIXUNA DO PARÁ, ULIANÓPOLIS e Dom Eliseu, no período de **18 a 22 de junho de 2018;**

**II - DESIGNAR** o servidor efetivo deste Órgão Ministerial e lotado nesta Corregedoria-Geral, Sr. **MARCO ANTONIO DA SILVA CASTRO**, para auxiliar nos trabalhos inerentes aos atos de inspeção.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Belém-PA, 07 de junho de 2018.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 322443

#### PORTARIA N.º 3944/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e considerando o encaminhamento do Ofício nº 906/2017-CGMP/PA pelo Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público a esta Procuradoria-Geral de Justiça, que remete cópia integral do Procedimento Disciplinar Preliminar nº 012/2017-MP/CGMP, para fins de apuração de eventuais repercussões no âmbito criminal, devidamente complementado com os últimos andamentos do aludido PDP, incluindo o Ofício nº 455/2018-CGMP/PA de 26/03/2018 e o Ofício nº 512/2018-CGMP/PA de 06/04/2018;

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2740/2018-MP/PGJ, datada de 25/04/2018, que delegou poderes ao Procurador de Justiça CLAUDIO BEZERRA DE MELO para atuar no feito;

DELEGAR poderes à Excelentíssima Procuradora de Justiça UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL para, com fundamento no artigo 56, IX da Lei 057/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, oficiar no presente feito e adotar as providências que entender cabíveis quanto à suposta prática de crimes sexuais e/ou outros ilícitos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 05 de junho de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora Geral de Justiça, em exercício

#### PORTARIA N.º 3945/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

DELEGAR poderes à Procuradora de Justiça MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA para, com fundamento no art. 56, IX da Lei n.º 057/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, representar o Ministério Público do Estado do Pará e tomar as providências que entender cabíveis na audiência de mediação, que será realizada no dia 08 de junho de 2018, às 10h, no Plenário da Seção Penal (sala TA-06) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, localizado na Av. Almirante Barroso, n.º 3089, prédio sede.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 05 de junho de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 322560

#### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000174-110/2014

Prestação de Contas - Ano Calendário de 2012

Entidade: Associação Assistencial de Belém

#### ARQUIVAMENTO DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) **PROMOVER**, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o **ARQUIVAMENTO** deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 07 de maio de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 322696

#### EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 05/2018-8ª. PJ

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 27, IV, da Lei nº 8625/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público), torna pública a expedição da RECOMENDAÇÃO Nº 05/2018-8ª. PJ, nos autos de INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002521-040/2017 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal - Pará, Fone (91) 3721-3780.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2018-8ª. PJ

**Assunto: RECOMENDA** ao **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ I TERPA, Sr. MAX BRANDÃO DA COSTA, e ao ESTADO DO PARÁ, Sr. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR**, que proceda à tomada de providências concretas destinadas à conclusão do processo administrativo nº 2006/31389 de interesse da Comunidade Quilombola do Ramal do Bacuri, as quais deverão ser comprovadas no prazo de 20 dias úteis, tendo em vista as obrigações constitucionais e legais do Estado do Pará e do ITERPA quanto à titulação de territórios quilombolas.

**ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Promotora de Justiça**

Protocolo: 322587

#### EDITAL Nº 001/2018 - MP/PJU

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE URUARÁ torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo indicado, que se encontra à disposição na Rua Marquês de Tamandaré, s/n - Fluminense, Uruará/PA.

#### INQUÉRITO CIVIL Nº 001/2018 - MP/PJU

**Instaurante:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 57.

**Interessado(s):** PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

**Objeto de Investigação:** Apurar notícia de fatos que podem caracterizar atos de improbidade administrativa com relação ao fornecimento de merenda nas escolas públicas do município de Placas/PA.

Uruará/PA, 07 de junho de 2018.

LÍVIA TRIPAC MILEO CÂMARA

Promotora de Justiça de Uruará

Protocolo: 322780